

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO.....	V
---------------------------	---

CAPÍTULO I

O ESTADO SUBMETIDO AO DIREITO

Seção 1ª – O Estado de Direito

1. A preocupação com a liberdade.....	1
2. O Estado: inimigo ou amigo?.....	3
3. O império do Direito	4

Seção 2ª – Fontes do Estado de Direito

4. Origem da expressão	6
5. O Direito supremo na Antiguidade.....	6
6. O pensamento medieval.....	8
7. O <i>rule of law</i>	10
8. A doutrina de Locke	12
9. Montesquieu.....	13
10. Rousseau	14
11. O Direito no Estado de Direito	15

Seção 3ª – A submissão do Estado ao Direito

12. As declarações de Direitos.....	15
13. O mínimo irredutível do Direito.....	16
14. Os direitos individuais.....	17
15. A limitação do Poder.....	18
16. A Constituição	19
17. A lei.....	21
18. O culto à lei.....	22
19. O conteúdo de justiça.....	23
20. Generalidade, abstração e igualdade da lei.....	23
21. A vontade geral.....	24
22. Lei e liberdade	24

Seção 4ª – A atuação do Estado

23. Os princípios do Estado de Direito	25
24. O princípio da legalidade	25
25. Lei e Poder Legislativo	28
26. O princípio da igualdade	29
27. Alcance do princípio da igualdade.....	30
28. A proibição da discriminação.....	32
29. As ações afirmativas.....	33
30. A justicialidade	36
31. O controle de legalidade	37
32. Justicialidade e independência do Judiciário	38
33. A justicialidade na história inglesa	39
34. A justicialidade na América do Norte	40
35. A justicialidade em matéria civil.....	41
36. O contencioso administrativo na França.....	41

CAPÍTULO II

O ESTADO LEGAL

Seção 1ª – Bases e características do Estado Legal

1. O advento do Estado Legal	43
2. A transformação na missão do Estado.....	43
3. O Estado de bem-estar e o Direito	45
4. A posição de Kelsen.....	46
5. A Constituição.....	48
6. Os direitos fundamentais.....	48
7. A lei, instrumento político.....	49
8. A lei como vantagem.....	51
9. A irracionalidade das leis	52
10. A multiplicação das leis e a instabilidade do Direito positivo	52
11. O desprestígio da lei.....	53

Seção 2ª – Os princípios do Estado Legal

12. A legalidade.....	53
-----------------------	----

13. Lei, ato formal	54
14. A legislação pelo Executivo	55
15. A delegação legislativa	56
16. Formas disfarçadas.....	56
17. A delegação oficializada.....	58
18. A legiferação de urgência.....	58
19. Os regulamentos autônomos.....	60
20. A legiferação por entes descentralizados nos Estados Unidos.....	61
21. A relativização da legalidade	64
22. O despotismo legal.....	64
23. O princípio de igualdade	66
24. Os novos privilegiados	66
25. A justicialidade no Estado Legal	67
26. Kelsen e a fragilização do controle de constitucionalidade	68

Seção 3ª – A reação contra o Estado Legal

27. A renovação do Estado de Direito	71
28. A Constituição dirigente.....	72
29. A polêmica em torno da “morte” da Constituição dirigente.....	73
30. O Estado Democrático de Direito	76

CAPÍTULO III

A IDEIA DE CONSTITUIÇÃO NA DOUTRINA CLÁSSICA

Seção 1ª – O termo *constituição*

1. Sentido geral do termo <i>constituição</i>	79
2. A constituição da sociedade	80

Seção 2ª – A Constituição do Estado

3. A perquirição sobre o Estado.....	81
4. A constituição do Estado-grupo.....	81
5. A constituição do Estado-Poder.....	82
6. A constituição do Estado-Direito.....	82
7. A inter-relação entre os conceitos de constituição.....	83

Seção 3ª – A constituição e o Direito

8. Constituição como termo jurídico	84
9. O sentido moderno de constituição	85
10. A concepção liberal da constituição	86
11. A Constituição escrita	87

Seção 4ª – O fundamento da Constituição

12. A tese pactista	88
13. Estado de natureza e pacto social	89
14. A doutrina de Sieyès	90

Seção 5ª – O conteúdo da Constituição

15. A concepção setecentista	92
16. A garantia constitucional	93
17. A extensão extraordinária do Poder	94

Seção 6ª – A supremacia da Constituição

18. A lei fundamental	94
19. Supremacia material	95
20. Supremacia formal	95
21. A condição de constitucionalidade	95
22. A alteração da Constituição	96
23. O controle de constitucionalidade	97

CAPÍTULO IV

A IDEIA DE CONSTITUIÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Seção 1ª – A vulgarização da Constituição

1. A difusão das Constituições	99
2. A ampliação do “campo” constitucional	100
3. A desvalorização da Constituição	101

Seção 2ª – Padrões heterodoxos de Constituição

4. A Constituição “dirigente”	102
-------------------------------------	-----

5. A Constituição-balanço	104
6. As Constituições nominais e semânticas	105

Seção 3ª – Ineficácia da Constituição

7. Eficácia e ineficácia das Constituições	106
8. Alguns fatores condicionantes de ineficácia	107
9. O “idealismo” da Constituição.....	108

Seção 4ª – A proteção à Constituição

10. As duas faces do problema	109
-------------------------------------	-----

Subseção 1ª – A prevenção contra a subversão

11. Um breve quadro histórico.....	110
12. A democracia militante	112
13. O Brasil e a democracia militante.....	113
14. A Constituição de 1937	114
15. As manifestações da democracia militante após o final da Segunda Guerra Mundial.....	115
16. A democracia militante nas Constituições brasileiras de 1946 e de 1967.....	115
17. A Constituição da República Federal alemã.....	116
18. A democracia tolerante ou vigilante	117
19. A Constituição brasileira de 1988	118
20. A exceção à tolerância	118
21. A defesa da democracia e o risco de desnaturar a democracia	119

Subseção 2ª – As garantias da Constituição contra o governante

22. A lição de Duguit.....	120
23. A sanção individual dos crimes de responsabilidade	121
24. O Direito brasileiro	123
25. Os crimes de responsabilidade no plano do Poder Judiciário	124
26. A perda do mandato dos membros do Congresso brasileiro.....	125
27. As sanções individuais: o controle de constitucionalidade como sanção preventiva	126

28. A sanção da “inconstitucionalidade por omissão”	128
29. A inconstitucionalidade por omissão no Direito brasileiro	131
30. Estado de Coisas Inconstitucional.....	133

Seção 5ª – A prática constituinte

31. As formas anômalas de elaboração constitucional.....	134
32. As outorgas.....	135
33. As constituições concedidas.....	135
34. As reformas constituintes.....	136
35. A elaboração partidária	137

CAPÍTULO V

A DEFESA DO ESTADO E DA ORDEM CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA EM FACE DAS CRISES

Seção 1ª – Os sistemas tradicionais

1. O Estado de Direito e as crises	139
2. A ditadura romana.....	140
3. A lei marcial.....	142
4. O estado de sítio	144
5. Os “poderes da guerra”	146
6. Os poderes de emergência	149
7. A Constituição de Weimar	150

Seção 2ª – Os novos sistemas

8. A Constituição francesa de 1958.....	151
9. A Constituição espanhola de 1978	153
10. A “guerra” contra o terrorismo.....	155

Seção 3ª – O Direito brasileiro

11. A preferência pelo estado de sítio	159
12. A Constituição de 1988.....	161
13. O Estado de defesa	162
14. O Estado de sítio	163

15. O controle	164
----------------------	-----

Seção 4ª – A eficácia dos sistemas

16. O valor dos sistemas.....	165
17. O momento histórico	166
18. A segurança individual.....	167
19. A ameaça à própria ordem constitucional.....	167
20. O mal necessário.....	168

CAPÍTULO VI

A EMERGÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Seção 1ª – A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras

1. Introdução.....	171
2. As emergências econômicas na experiência estrangeira.....	172
A) Em caso de guerra	172
B) Em tempo de paz.....	175
C) A banalização dos poderes econômicos emergenciais na experiência estrangeira posterior a 1945.....	179
3. A experiência brasileira anterior à Constituição vigente.....	181
A) Em tempo de guerra	182
B) Em tempo de paz.....	184
4. A Constituição em vigor	188
5. Um “estado de sítio” econômico?	189